



2016/03/04

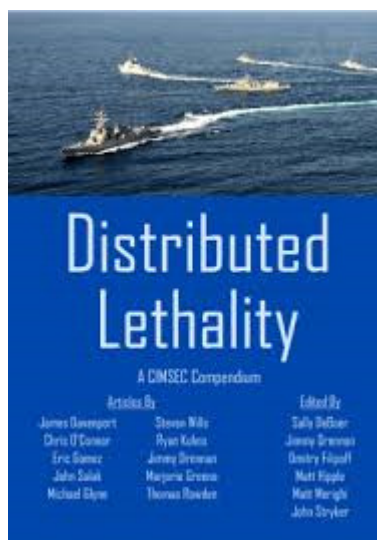
O novo conceito de “*distributed lethality*”

Alexandre Reis Rodrigues

Os EUA estão a caminho de adotar uma nova estratégia naval, mas, de momento, ainda não reconhecem nesse nível as mudanças que têm em curso. Fala-se apenas da adoção de um novo conceito operacional de emprego das forças de superfície que se designa por “*distributed lethality*”.¹

Compreende-se a prudência, porque o conceito está ainda sob debate e a ser testado. Mas a concluir-se com sucesso – tudo indica que sim – o que é de esperar a seguir é a colocação do assunto ao nível estratégico. Veremos, no final, porquê prevejo esse desfecho. Para já, adianto uma breve explicação do conceito.²

Começo por apresentar alguns extratos da explicação genérica do conceito, tal como exposto pelos autores:



«A shift is now underway within the surface force. It is not subtle, and it is not accidental. The surface force is taking the offensive, to give the operational commander options to employ naval combat power in any anti-access/area denial environment. The surface fleet always defend the high-value and mission-essential units; that is our core doctrine. However, the emergence of sophisticated sea-denial strategies has driven a need to shift to an offensive imperative to control the seas».

«Distributed lethality is the condition gained, by increasing the offensive power of individual components of the surface force (cruisers, destroyers, littoral combat ships, amphibious ships and logistics ships) and then employing them in dispersed formations known as "hunter killer surface groups".

Trata-se, portanto, de operar com pequenos grupos de navios, eventualmente apenas ao nível de um navio isolado, numa região abrangida por um dispositivo adversário de negação do uso do mar e anti acesso. O propósito é desafiar as ambições do adversário para controlo da área marítima de interesse, dificultar-lhe a compilação do respetivo panorama, complicar a solução do problema de localização dos potenciais alvos e, finalmente, obrigá-lo a dispersar recursos críticos por um maior número de alvos.

É um tipo de emprego de forças de superfície que tem a natureza de tática ofensiva, desenhada para contrariar ações de um adversário que procure limitar o oponente na liberdade de manobra necessária para projetar poder. Corresponde, portanto, a uma mudança radical de doutrina de emprego dos meios de superfície, que,

¹ Este conceito foi tornado público no número de janeiro de 2015 da revista “*Proceedings*”. Era subscrito pelo *Vice Admiral Rowden Commander, Naval Surface Forces, Rear Admiral Gumataotao Commander, Naval Surface Force Atlantic e pelo Rear Admiral Fanta, Director, Surface Warfare (N96)*. Desde aí tem sido objeto de um alargado debate, de que algumas peças podem se encontradas em “*Distributed lethality, a CIMSEC Compendium, 2016*” (publicação *online* cuja capa serve de imagem de abertura deste artigo).

² Uma explicação completa obrigar-me-ia a entrar em detalhes e usar terminologia técnica que não caberiam no âmbito de um simples artigo de divulgação.

ultimamente, se centrava sobretudo numa postura para proteção contra as capacidades do adversário em mísseis e submarinos.

Um aspeto interessante para que um dos analistas,³ na publicação atrás referida, chama a atenção é o da condição de severas restrições de emissões em que os navios terão que operar para evitar tornarem-se “visíveis” perante o dispositivo anti acesso/negação de área, o que a não ser conseguido permitiria ao adversário atuar primeiro. Este é um aspeto essencial desta doutrina. Não havendo uma ligação permanente com o comando, será necessária uma delegação alargada de autoridade, ao nível individual do navio ou do grupo, para dar liberdade aos comandantes, no quadro estabelecido, de explorar as oportunidades que se lhe apresentem, sem ter que obter prévia luz verde da entidade superior.

Ou seja, é um voltar à execução descentralizada que existia, muito enraizada, no passado e que sempre fez parte da cultura estratégica das marinhas, mas que se foi reduzindo com os avanços tecnológicos que passaram a permitir uma ligação permanente com o comando em terra. Nestes termos, diz o autor que estou a referir, “*distributed lethality*” não é uma nova forma de fazer a guerra naval de superfície. É o regresso a uma situação em que a tecnologia disponível não permitia esse tipo de ligação permanente, só que, neste caso, essa circunstância acontece de forma deliberada para proteger a sobrevivência do grupo.

Dispersar os meios tem várias dificuldades importantes, em especial num ambiente de “silêncio eletromagnético”. Não são apenas as de comando e controlo atrás referidas. É também a perda da capacidade de combinar o emprego dos vários sistemas de sensores e armas existentes num grupo alargado e a necessidade de passar a recorrer exclusivamente a meios passivos de deteção, identificação e localização do alvo. Calcula-se, portanto, que desta nova doutrina resultarão novos desenvolvimentos tecnológicos para resposta a estes desafios.

Dito isto, termino aqui esta explicação abreviada. Voltando à ideia de que esta nova abordagem vai levar - na minha interpretação - a uma nova estratégia naval aponto duas razões:

A primeira razão, relaciona-se com a necessidade de corrigir uma opção estratégica tomada na década de noventa,⁴ quando se decidiu alienar a posição central que tinha a tarefa de controlo do mar a favor da capacidade de projeção de poder sobre terra, a cargo sobretudo da aviação embarcada nos grupos de porta aviões. A partir daí, o emprego dos navios de superfície ficou relativamente confinado à proteção dos grupos de porta aviões e dos grupos anfíbios e ao lançamento de “*Tomahawks*” a partir de “santuários”.

Na minha leitura, a iniciativa de desenvolver esse conceito, sem pôr em causa o tipo de emprego acima referido, tem subjacente a necessidade sentida de repor a tarefa de controlo do mar no lugar prioritário de que nunca devia ter saído.⁵ Ou seja, como uma espécie de «precondição de tudo o que uma marinha possa ser chamada a fazer». Incluo aqui, por exemplo, garantir a segurança marítima para manutenção livre e segura do tráfego comercial marítimo, objetivo que tem sido afetado por não se ter previsto que a redução do esforço que se passou a fazer no controlo do mar - em grande parte decorrente de uma retração geral dos dispositivos navais - abriria

³ Matthew Hipple, in “*Distributed Lethality: Old opportunities for new operations*”.

⁴ Com a aprovação, em 1992, da estratégia naval “*From the Sea*”.

⁵ Conforme tenho referido em anteriores artigos, por exemplo, as “*Marinhas de Guerra e a globalização*”, publicado neste site, a 26 de fevereiro de 2013.

a porta a um leque variado de ameaças assimétricas, algumas das quais se assumiam extintas, como é o caso da pirataria.

A segunda razão tem a ver com a necessidade de encontrar novas medidas para os desafios porque está a passar a posição de domínio incontestado que a Marinha americana usufruiu, por cerca de duas décadas, na transição do século XX para o século XXI. Essa posição começa a ser desafiada por um crescente número de capacidades de negação do uso do mar e de anti acesso que algumas potências regionais estão a desenvolver como resposta assimétrica à capacidade de projeção de poder dos EUA. Na sua essência, esta é também uma questão de controlo do mar, embora numa modalidade diferente da referida anteriormente, pois, como muito bem lembram os autores do texto que apresentou o conceito:

«A new emphasis on sea control derives from the simple truth that navies cannot persistently project power from water space they do not control».

Perguntar-se-á que interesse prático – interesse cultural da profissão, tem com certeza – terá esta nova doutrina para uma pequena potência como Portugal. Diria que nos interessa por duas ordens de razões que, embora distintas, estão interligadas. Primeiro, porque Portugal, como país soberano com uma larga área marítima que lhe compete controlar para proteger interesses económicos e de segurança, precisa de conhecer o estado da arte neste campo das operações navais. Segundo, porque a Marinha portuguesa opera regularmente numa Aliança, onde, com grande probabilidade, estas novas táticas acabarão por vir a ser testadas e/ou usadas.